

AGRICULTURA ORGÂNICA

*** Roberto Rodrigues**

Qualidade do alimento é hoje um assunto mais relevante do que foi a própria questão da segurança alimentar, grande desafio imposto à agricultura do século passado. A resposta dada pela ciência àquele desafio foi espetacular, e a oferta quantitativa de comida cresceu mais do que a demanda.

Hoje, temas ligados à saúde, à demografia, ao meio ambiente, e às mudanças climáticas, às novas tecnologias e ao comércio mundial, ensejam longas e pertinentes discussões sobre a segurança do alimento.

Nestas conversas se insere a disputa entre os alimentos produzidos pelo sistema tradicional, os transgênicos e os produtos orgânicos.

Às vezes, a paixão domina as discussões, tirando-lhes a lógica que sinaliza a co-existência pacífica dos 3 tipos de agricultura. Mas esta é a realidade: há espaço para tudo e o consumidor bem informado, que é o grande vetor do mercado, irá determinar o crescimento deste ou aquele modelo.

De qualquer forma, o Brasil precisa olhar com maior atenção um importante segmento em evolução planetária, que é o da agricultura orgânica.

Em 2000, o mercado mundial deste setor mal superava a casa dos 20 bilhões de dólares, o que já era um número impressionante. Mas, em 2010 a indústria internacional dos orgânicos deverá chegar bem perto de 60 bilhões, um aumento espetacular em 10 anos. Cerca de 5% do mercado de alimentos dos países desenvolvidos é de orgânicos e, tratando-se apenas dos horti-frutigrangeiros, chega a 4 vezes mais, em vários países.

Atualmente, a Europa move 17 bilhões de dólares de orgânicos, e os Estados Unidos, 15. Segundo a IFOAM, cerca de 31 milhões de hectares já foram convertidos para orgânicos em todo o mundo, e cerca de 62 milhões são reconhecidos como extrativismo vegetal.

No Brasil, ainda é relativamente pequeno o setor: calcula-se que temos 800.000 hectares cultivados com orgânicos, em geral por pequenos produtos (seriam 15.000!) e 5 milhões de hectares de extrativismo.

O que nos falta é uma clara regulamentação sobre a matéria, especialmente no que diz respeito à certificação dos orgânicos, para que haja seriedade no seu comércio.

Em 23 de dezembro de 2003, o Presidente da República sancionou a lei 10831, dispondo sobre a agricultura orgânica no país. Neste instrumento legal, as bases gerais foram estabelecidas; caracterizaram claramente a agricultura orgânica e seus objetivos. A própria lei estabeleceu a necessidade de um regulamento. Para fazê-lo, foi criada em 2004 a Câmara Setorial da Agricultura Orgânica, composta por representantes da área e do governo, no âmbito do Ministério da Agricultura. Na reforma estrutural do Ministério, no mesmo ano, foi criado um setor específico, a Coordenação de Agroecologia, que montou um vigoroso Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica, com linhas prioritárias bem definidas:

manejo da biomassa verde e sistemas agroflorestais; manejo e controle sanitário alternativo; boas práticas de produção, colheita e industrialização; sistemas reguladores do comércio; planejamento, manejo e adequação ambiental de propriedade orgânica; e produção de material de propagação vegetal, reprodução animal orgânicos.

Depois de 2 anos de discussões, a Câmara Setorial preparou um decreto, negociado entre as partes todas (inclusive os diferentes órgãos do governo), que, já assinado pelo Ministro da Agricultura, aguarda assinatura de outros ministros para publicação. É essencial que isto ocorra logo. O Brasil não pode ficar na retaguarda de um mercado tão promissor e que, ademais, representa uma excelente alternativa ao pequeno produtor rural, tão carente de renda e de políticas adequadas.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**